



O PROJETO DE EDUCAÇÃO DO MST E A TENTATIVA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UM MODELO DE SUJEITO SOCIAL: “O SEM TERRA”

THE PROJECT OF EDUCATION OF THE MST AND THE ATTEMPT OF THE IDENTITY CONSTRUCTION OF A MODEL OF SOCIAL SUBJECT: "THE LANDLESS"

Silvana Aparecida da Silva¹

RESUMO

O presente estudo se dispõe a apresentar um modelo de educação escolar adotado por um colégio da rede pública de ensino do estado do Paraná, que por estar associado a um movimento social, o MST, “interfere” na construção subjetiva dos jovens, visando construir nestes uma identidade de classe social, a de ser Sem Terra. O Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, localizado no município de Rio Bonito do Iguçu – PR é nacionalmente conhecido pelo desenvolvimento de uma proposta educacional distinta do modelo “tradicional”. Neste colégio, destacam-se as estratégias pedagógicas adotadas pelo MST na tentativa de formar um novo perfil de estudantes. Neste estudo trazemos para discussão alguns resultados obtidos através de projeto de pesquisa desenvolvido entre os anos de 2014 e 2015, que resultaram em minha dissertação de mestrado. Na oportunidade, foram realizadas diversas visitas ao local, além da aplicação de questionários e realização de entrevistas com alunos, professores, pedagogos e diretores da instituição. Os resultados obtidos através da pesquisa de campo, indicaram que apesar dos esforços coletivos desenvolvidos pela comunidade educacional do colégio, na tentativa de romper com a relação de hegemonia exercida pelo capitalismo sobre os jovens assentados, e construir um novo modelo de educação, pautado em valores humanistas e socialistas, o colégio reproduz a lógica educacional proposta pelo Estado. Ou seja, os mecanismos de controle exercidos pelo aparato burocrático do Estado, impõe barreiras de difícil ruptura aos indivíduos que ousam questionar e romper com a lógica dominante. Assim apesar do colégio ser uma referência no que concerne ao projeto político pedagógico do MST, o colégio Iraci Salete, não consegue de modo efetivo desenvolver nos indivíduos deste espaço novas relações de subjetividades. E assim como outras instituições de ensino ligadas ao Estado, acaba por reproduzir as relações de dominação social através da educação.

Palavras-chave: Educação, MST, construção identitária, subjetividade.

ABSTRACT

This study presents an educational model adopted by a school of a public school system in the state of Parana, which is associated with a social movement, the MST, (landless movement) interfere in the subjective construction of young people, aimed at build in them an identity social class, to be Landless. The State School Iraci Salete Strozak, located in the county of Rio Bonito do Iguçu - PR it is nationally known for developing a different educational proposal from the "traditional" model. In this school, pedagogical strategies adopted by MST highlighted aiming to form a new profile in the young students. In this study we bring to the discussion some results obtained through a research project developed between the years of 2014 and 2015, which resulted in my master's thesis. At the opportunity, several visits were made, with the application of questionnaires and interviews with students, teachers, pedagogues and directors of the institution. The results obtained through the research field indicated that despite the collective efforts developed by the educational community of the school in an attempt to break with the relation of hegemony exercised by capitalism on the young settlers and to construct a new model of education based on values Humanists and socialists, the school reproduces the educational logic proposed by the State. That is, the mechanisms of control exercised by the bureaucratic apparatus of the State, imposes barriers of difficult rupture to the individuals who dare to question and to break with the dominant logic. Although the school is a reference in relation to the pedagogical political project of the MST, the Iraci Salete School can not effectively develop in the individuals of this space new relations of subjectivity. And like other institutions of education linked to the State, it ends up reproducing the relations of social domination through education.

Keywords: Education, MST, identity construction, subjectivity.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Possui mestrado em Ciências Sociais pela Unioeste – Toledo, e graduação também em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Desde 2012 exerce a função de professora na Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED, ministrando aulas na disciplina de Sociologia. Bolsista da Capes, atualmente desenvolve projetos de pesquisa sobre Agroecologia em Assentamentos de Reforma Agrária, e sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cursa o quarto ano do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: silvana.a.s@hotmail.com



Introdução

É inegável a importância exercida pelos movimentos sociais na construção de um projeto democrático brasileiro. Nas últimas décadas a participação social tem aumentado, tendo em vista um contexto político nacional que tem reduzido consideravelmente a criminalização dos movimentos sociais, dentre os quais, destacamos neste estudo o MST. Nessa proposta de artigo queremos apresentar ao leitor alguns dados que foram coletados no desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado concluída no ano de 2015, a qual se propôs a discutir a importância do MST como movimento social de luta pela terra e pela educação, e a discutir o processo de construção de novas subjetividades nos jovens assentados através da análise de uma escola do movimento que é aparelhada aos seus princípios.

No decorrer da dinâmica da pesquisa fomos constatando que a tentativa de construção de um projeto identitário de classe social é algo bastante audacioso, pois envolve mais que a participação dos sujeitos no movimento social, tendo em vista que isto se dá muitas vezes apenas por um determinado período de tempo ao longo de suas vidas. E sim requer que os interesses propostos pelo movimento coincidam com os projetos de vida pessoais dos sujeitos após o processo de assentamento nas terras de reforma agrária. Algo que nos pareceu paradoxal demais para ser facilmente consolidado.

Ressalte-se aqui que não tivemos a intenção de apresentar e nem de discutir os aspectos de formação identitária dos indivíduos que militam no MST a partir da análise e descrição de suas manifestações tanto em seus aspectos políticos quanto culturais. Não exploramos o sentido das ações nacionais promovidas pelo MST, como as marchas e as ocupações realizadas, e nem o significado presente na mística desenvolvida no colégio objeto de nosso estudo. Embora compreendamos que estes elementos também são importantes e que são também constituintes de uma identidade social dos integrantes do MST, pois são ações coletivas e tem um sentido e um significado compartilhado pelos indivíduos que as realizam.

A identidade que nos propomos a discutir e problematizar aqui se refere à compreensão ou não por parte dos jovens dos sentidos que as ações educacionais desenvolvidas nas escolas de assentamentos possuem. Ou seja, do entendimento a respeito da educação distinta que recebem no colégio onde estudam. Sendo assim, nosso objetivo se concentrou em verificar se estes por meio de seus depoimentos demonstravam satisfação com o projeto de educação do MST, se eles compreendiam a lógica e a dimensão dessa proposta de ensino. Também buscamos verificar se em suas projeções ideológicas de compreensão da sociedade e prospecção para o próprio futuro estes apresentavam elementos que nos permitissem verificar um aparelhamento entre seus objetivos aos princípios ideológicos e identitários do MST. Nos concentramos em verificar se havia uma identificação dos alunos com estas práticas,



se eles as compreendiam como elementos importantes de aprendizagem para reforçar os princípios do movimento, e expandir suas ações de luta política.

Fazendo uso dos conceitos de identidade social e identidade pessoal, ambos interpretados a partir das definições elaboradas por Giddens (2005), buscamos de forma bastante sucinta apresentar a proposta de educação desenvolvida pelo MST, especificamente em uma de suas escolas, (o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak) e o conflito ideológico que esta concepção de ensino e educação enfrenta quando se depara com as críticas provenientes de seus próprios alunos. Ou seja, daqueles que supostamente deveriam reproduzir suas ideias, tendo em vista o processo formativo recebido, e o próprio vínculo cultural, se não com o MST, com a história do assentamento no qual vivem. A relação que queremos problematizar aqui, é que mesmo diante dos esforços exercidos pelos líderes do movimento no âmbito educacional, visando o desenvolvimento de uma criação de consciência de classe coletiva, ou também podendo denominar-se identidade coletiva, dentro dos assentamentos, muitos indivíduos resistem a esse processo.

As interpretações realizadas por nós no desenvolvimento de nossa pesquisa foram pautadas na análise minuciosa das entrevistas realizados com alunos, professores, direção e equipe pedagógica do colégio. Além de termos também aplicado aos alunos um questionário escrito de perguntas, que era composto por questões de múltipla escolha e também por questões descritivas. As respostas as questões aplicadas no questionário foram interpretadas e transformadas em gráficos que reconstruíram e agrupavam as distintas respostas em “perfis de alunos”, demonstrando através de porcentagem a análise efetuada por nós. Pelo espaço de construção deste estudo ser limitado, não reproduzimos aqui estes gráficos, apenas apresentamos trechos de entrevistas realizadas que nos ajudam a ilustrar as nossas interpretações.

Estes dados nos permitiram uma nítida constatação, a de que a identidade social não é algo que nos é imposto de modo maniqueísta, e que as pessoas não são submetidas a um processo exclusivo de manipulação, embora isto também aconteça. Ao contrário, o ser humano é capaz de interpretar as informações que recebe e de interagir ativamente. Os projetos de sociedade de organização socialista comungados pelos líderes do MST nem sempre encontram respaldo em suas bases que são os próprios assentados. Pois estes estão interessados primeiramente em resolver seus problemas imediatos de vida, o que muitas vezes significa melhorar uma condição de extrema pobreza, para depois compreender o sentido ideológico de luta e transformação social almejado pelo movimento.

Ou seja, a estrutura social na qual os indivíduos são criados e acabam por pertencer de alguma forma, exercem sobre estes fortes vínculos de coerção social. Embora, na concepção de Giddens (2005), estes sejam capazes de desenvolver mecanismos de defesa próprios, por meio das reflexões que realizam. Sendo assim, pode-se analisar o MST sobre duas perspectivas distintas a depender das interpretações realizadas por cada indivíduo. O movimento pode ser compreendido como um instrumento de luta e de enfrentamento as relações de dominação de classe estabelecidas pelo sistema capitalista, como também pode ser visto como um agente



que impõe aos indivíduos práticas de comportamentos específicos, que nem sempre são bem vistas e aceitas pelos indivíduos dos próprios assentamentos, o que reflete em conflitos e tensões nestes espaços que são marcados por relações de poder.

1. O processo de socialização e as identidades social e pessoal

É reconhecido pelas Ciências Sociais que os diferentes cenários e contextos culturais de inserção social dos indivíduos interferem no desenvolvimento dos diferentes comportamentos por parte destes. No entanto isto não significa que nosso comportamento resulte somente desse processo de configuração social ao qual somos imersos desde o nosso nascimento. Outros fatores dentre os quais se destaca a própria individualidade, e a capacidade de exercer o livre arbítrio fazem parte desse processo que configura a formação da subjetividade dos indivíduos dentro das relações sociais.

De fato, os diferentes processos de socialização dos indivíduos são os responsáveis em boa medida pelo desenvolvimento e configuração de seu comportamento, contudo a sociedade não é, e não pode ser simplesmente reduzida a função de “forma” moduladora previamente introduzida para determinar o comportamento de seus integrantes. Ao longo do processo de socialização, “cada um de nós desenvolve um sentido de identidade e a capacidade para o pensamento e a ação independentes” (GIDDENS, 2005, p.43).

De acordo com Giddens (2005) o conceito de identidade pode ser abordado de diversas formas pela sociologia, tendo em vista que este é multifacetado. Para Giddens, “de modo geral a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas” (GIDDENS, 2005, p.43). De modo que entre as principais características que identificam os indivíduos podemos destacar o gênero, a orientação sexual, a etnicidade, a nacionalidade e a própria inserção dentro de uma classe social.

No entanto deve-se mencionar a existência de dois tipos básicos de identidade: a identidade social e a auto-identidade, ou identidade pessoal. Sendo que estas, apesar de serem diferentes, apresentam uma profunda relação entre si.

De acordo com Giddens, (2005) a identidade social refere-se às características formadoras dos indivíduos que indicam para os grupos sociais quem este indivíduo é. Sendo que estas são atribuídas as pessoas pelos outros, e atuam como marcadores que permitem a sua identificação, o posicionamento dessas em relação a outros que sejam portadores das mesmas características. Dessa forma, a identidade social se constitui como uma referência que permite agrupar os indivíduos em distintas organizações, permitindo que estes compartilhem entre si determinados significados culturais e sociais. Sendo assim, as identidades sociais possuem um caráter coletivo, e demarcam os indivíduos naquelas características nas quais estes podem ser reconhecidos como “os mesmos”.

As identidades sociais compartilhadas, ou seja, aquelas que são baseadas em objetivos comuns podem formar uma base importante para o desenvolvimento de



movimentos sociais. Uma vez que estes se caracterizam pelo compartilhamento dos mesmos valores e possuem um conjunto de significados e objetivos que também são comuns. É nessa perspectiva que a seguir, passaremos a discutir o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra - MST - como um movimento que promove a formação de uma identidade social, (ou se propõe a isso) a medida que reúne uma coletividade de indivíduos que possuem objetivos, valores e construções sociais simbólicas em comum.

Antes de analisarmos os aspectos identitários formadores do MST, devemos explicar o que compreendemos por socialização e por auto-identidade. Estando atentos para o fato de que a socialização é o processo por meio do qual os mais jovens se tornam conscientes e instruídos nos modos da cultura na qual estes são inseridos. Sem, no entanto, ser a socialização uma forma de “programação cultural”, no qual a criança apenas absorve conhecimento de modo passivo. Uma vez que a socialização é um processo de troca de experiências, no qual as necessidades e exigências dos iniciantes na cultura afetam e interferem no comportamento das gerações mais antigas. Sendo a criança desde seu nascimento, um ser ativo (GIDDENS, 2005, p.42).

Enquanto a identidade social se refere ao processo de compreender um indivíduo dentro das relações que este estabelece com os demais, demarcando que “ele é o mesmo que os outros”, ou seja, o sentimento de igualdade e de pertencimento a uma determinada coletividade, o fenômeno da auto-identidade, ou identidade pessoal, se refere a capacidade individual de escolhas e construções subjetivas. Ou seja, a compreensão individual desenvolvida pela pessoa daquilo que ela é a partir dos próprios sentidos que ela cria nas relações que estabelece com os que estão ao seu entorno. Sendo assim, a auto-identidade se refere ao processo de autodesenvolvimento.

Para Giddens (2005), se nos pusermos a observar as sociedades em seus processos históricos de transformação desde as tradicionais até as modernas, poderemos perceber as mudanças que ocorreram e que refletem em distintas concepções de auto-identidade. Sendo este processo resultado de um “deslocamento de fatores fixos e herdados que previamente guiaram a formação da identidade” (p. 44).

Se uma vez as identidades das pessoas eram amplamente informadas por sua filiação a grupos sociais grandes, ligados por classe ou nacionalidade, elas são agora mais multifacetadas e menos estáveis. Os processos de crescimento urbano, de industrialização e o colapso de formações sociais antigas enfraqueceram o impacto de regras e de convenções herdadas. Os indivíduos se tornaram social e geograficamente móveis. Isso libertou as pessoas das comunidades relativamente homogêneas e estreitamente interligadas do passado, nas quais os padrões eram transmitidos de um modo fixo de geração a geração [...]. No mundo atual, temos oportunidades sem precedentes de moldar a nós mesmos e de criar nossas próprias identidades. Somos o nosso melhor recurso para definir o que somos, de onde viemos e para onde vamos, agora que as referências tradicionais tornaram-se menos essenciais, o mundo social confronta-nos com uma quantidade vertiginosa de escolhas acerca de quem somos, de como devemos viver e do que devemos fazer- sem oferecer



grande orientação sobre que escolhas devemos fazer [...]. Por meio de nossa capacidade como seres humanos autoconscientes, constantemente criamos e recriamos nossas identidades (GIDDENS, 2005, p.44).

Tendo em vista a perspectiva de identidade social e pessoal apresentada por Giddens, bem como a compreensão do quanto à modernidade enquanto um marco temporal histórico influenciou na possibilidade de mudança e de construção de identidades subjetivas pelos indivíduos, nos propomos a apresentar o MST como um movimento social que se propõe a construção de identidades coletivas/ sociais. Mas que, no entanto, juntamente a este propósito deve desenvolver mecanismos que permitam a participação democrática dos distintos indivíduos que apresentam variadas formas de identidade pessoal, ou seja, distintas subjetividades.

A questão da valorização do pensamento daquele que pensa diferente dentro de um movimento social, passa pela discussão, e pela efetivação dos princípios democráticos. Ou seja, o sentimento de pertencimento que une um grupo de indivíduos em um movimento social, a saber, seu processo de construção de identidade social, deve ser capaz de aceitar e dar legitimidade aos princípios individuais defendidos por seus integrantes. O espaço para o debate e a oportunidade da fala aos discordantes é um importante momento para o fortalecimento das bases democráticas e valorização dos interesses individuais assim como dos coletivos. Acreditamos que o movimento social, no caso o MST, deve representar a vontade de todos os indivíduos que o compõe, substancialmente daqueles que constituem as suas bases², como os acampados e assentados, e não somente os interesses de suas lideranças políticas. Que muitas vezes acabam por impor seus princípios de organização, ao grupo como se a estes coubessem apenas a execução de um conjunto de princípios previamente pensados por aqueles. Incumbindo-os da tarefa da construção de um modelo de sociedade idealizada, que nem sempre é compreendida e desejada pelos mesmos.

É necessário reforçar a importância da valorização das subjetividades dentro do processo de construção das identidades coletivas principalmente as que implicam na formação de movimentos sociais. Uma vez que estes representam os avanços atingidos em termos de expansão democrática, e são muitas vezes as únicas formas de expressão das vontades, e direitos das categorias sociais menos favorecidas, e com menor representatividade e poder político. Neste ponto é importante reforçar que o movimento enfrenta dificuldades em construir um projeto que consiga efetivamente atender as variadas demandas de seus integrantes. Sendo que as práticas coletivas construídas pelo MST, são mecanismos de representação simbólica extremamente importantes, as quais, muitos indivíduos se recusam a executar e apresentam dificuldades em compreender. Neste sentido o paradoxo do conceito de democracia sob o viés de interpretação das liberdades individuais, (liberais) acaba por instituir uma ideia de que o movimento estaria sendo pouco democrático, ou, portador de uma

2 Quando adotamos o termo Base em referência aos indivíduos do MST, nos referimos aqueles sujeitos, que fazem parte diretamente das lutas travadas nos processos de ocupação e disputa pela terra. A base do MST é composta por trabalhadores dos diversos setores que vem a constituir os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.



democracia questionável. Contudo, o propósito maior, que institui e alicerça o MST, é a democracia no sentido de oportunizar o acesso aos bens sociais de forma igualitária, combatendo as desigualdades sociais, não somente através da defesa do direito à terra, mas também do direito à cidadania conferida pela educação, e pelos valores de produção alimentar de base sustentável e ecológica.

Para atingir este propósito, que certamente é diferente daquele almejado pelos grupos capitalistas dominantes, o MST precisa construir uma base sólida de pessoas dispostas a lutar pelo movimento, e pelos princípios coletivos que este estabelece. No entanto, após a fase de acampamento, seguida pela formação dos assentamentos, os projetos individualizados se tornam cada vez mais frequentes e preponderantes. As dificuldades enfrentadas nos relacionamentos de grupos, que envolvem distintas hierarquias e relações de poder, acabam por afastar os líderes do movimento das próprias bases do MST. E isto decorre por fatores diversos, a começar pelas dificuldades encontradas pelos produtores nas demandas de produção, que exigem que os mesmos adotem as práticas de cultivo tradicionais expandidas pelas grandes empresas, e não os sistemas agroecológicos desejados pelo MST.

No que concerne ao propósito da educação, o problema se repete. A educação visada pelo MST através de suas lideranças e militância, diverge do modelo desejado pelos filhos dos agricultores³ da base, por que estes desejam resultados imediatos de inserção social, e quando não são inseridos em projetos do próprio MST que lhes garantam estabilidade econômica e participação social, os mesmos acabam por aderir a outros modelos que os possam propiciar esta inserção de alguma forma.

2. O projeto de educação do MST e a tentativa de formação da identidade de Sem Terra

O MST enquanto um agente de transformação social tem desenvolvido diversas estratégias no âmbito da educação para veicular seus princípios ideológicos, e para construir um modelo de sociedade de organização socialista.

Para tanto, o movimento tem expandido por todo o Brasil modelos de escolas que adotam a pedagogia do movimento como uma forma alternativa de educação que visa incorporar aos conteúdos curriculares e ao processo de formação dos indivíduos, uma noção ampla de formação humana. Ou seja, a educação escolar promovida pelas escolas vinculadas ao MST, tem como objetivo a formação humana integral. Não estando esta formação preocupada somente com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, mas pensando nestes como sujeitos com potencial de desenvolvimento para uma transformação social.

3 Neste ponto é pertinente que se faça uma ressalva. Os jovens filhos de agricultores aos quais nos referimos são aqueles que participaram deste projeto de pesquisa. Os resultados e os apontamentos que apresentamos neste texto, são resultado de uma pesquisa em um assentamento em específico, o que significa, que em outros locais, em outros assentamentos a realidade empírica pode indicar dados bem diferentes.



Dentro desta perspectiva de educação o MST tem buscado parcerias que possibilitam o desenvolvimento desta concepção de ensino. Estas parcerias são estabelecidas com universidades estaduais e federais que tem atuado na formação inicial de profissionais através da oferta de cursos que apresentam novas propostas educacionais, e que visam atender uma demanda específica da população que historicamente foi deixada a margem da sociedade sem oportunidades de ensino.

Através da proposta da Educação do Campo grande parte da população camponesa que mora em assentamentos de reforma agrária tem conseguido se beneficiar desta modalidade de ensino, que tem buscado constantemente se adaptar as distintas realidades do campo, para atender satisfatoriamente esta demanda da população. Desta forma desde a educação básica até o ensino superior e técnico profissionalizante, o MST tem ocupado as escolas que conquista através da luta travada contra o estado pelo direito à educação, e a escolarização de toda a população camponesa. Mesmo atuando nas escolas de assentamentos, e acampamentos, o movimento reconhece a legitimidade dos problemas de ensino que abrangem a todas as escolas das localidades rurais. E mais do que isto, busca desenvolver um projeto de educação de qualidade, sendo o ensino compreendido como um direito social, e, portanto, de todos. De modo que, as escolas do MST, devem ser primeiramente vistas, como escolas do campo.

Assim, acompanhamos que além da pauta de luta pelos direitos a terra, e a implantação da reforma agrária no Brasil, o MST incorporou ao seu projeto de transformação social a luta por uma educação que seja popular.

De modo abrangente podemos perceber que dentro do projeto de educação do campo desenvolvido pelo MST, encontram-se implícitas a influência de três matrizes pedagógicas, que por sua vez, são vinculadas ao pensamento crítico, e cujos objetivos convergem em torno de um projeto político de emancipação e de luta das classes subalternas (SILVA, 2010). Sendo que a compreensão destas matrizes bem como a materialização destas por meio dos princípios pedagógicos nos permite compreender que o MST enquanto movimento social, se propõe a efetivação de um projeto que envolve a análise da organização social classista. Da mesma forma que coloca à educação a função de demonstrar as relações de dominação existentes, sendo ainda mais audacioso, quando propõe que esta consiga superar as dicotomias existentes entre as classes sociais dominantes e dominadas.

De acordo com Silva (2010, p.225), a primeira matriz consiste na tradição do *pensamento pedagógico socialista*, que segundo o autor “nos ajuda a pensar a relação entre educação e produção bem como a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva”.

Compreendemos que parte desta matriz a concepção de trabalho adotada pelo movimento, sendo que esta coaduna com os princípios marxistas segundo os quais, o trabalho é compreendido como uma atividade de desenvolvimento humano, na qual a natureza e os homens se transformam. E não como um mecanismo de repressão aos quais os homens são submetidos em uma relação de opressão. Desse modo toma-se o



conceito de trabalho, compreendido como atividade teórico-prática, do qual se extrai uma concepção histórico-dialética do mundo.

A segunda matriz é a *Pedagogia do Oprimido*, que tem como referência o projeto de educação popular concebido por Paulo Freire. Segundo o qual, a educação deve ser pensada a partir da própria condição de opressão das classes dominadas e da cultura como elemento formador do ser humano.

A terceira matriz é denominada de *Pedagogia do Movimento*, e é resultado de uma análise que se desenvolve em concordância com as matrizes anteriores, e que se produz tendo em vista as próprias experiências educativas proporcionadas pelo movimento social. A pedagogia do movimento concebe a própria experiência no movimento social como uma situação de aprendizagem, ou seja, a luta, e a militância passam a ser compreendidas como situações de aprendizagem e, portanto, de âmbito pedagógico. De acordo com Caldart (2004), a pedagogia do movimento mobiliza em sua dinâmica diversas matrizes pedagógicas. Sendo que a Pedagogia do Movimento, não consiste em uma nova matriz teórica, mas sim, em um jeito de se trabalhar com as diferentes formas pedagógicas já existentes. Para a autora a Pedagogia do Movimento põe em movimento a própria pedagogia uma vez que mobiliza e incorpora em sua dinâmica diversas e combinadas matrizes pedagógicas.

A partir destas matrizes o MST aponta como seus princípios filosóficos básicos: uma educação para a transformação social, uma educação de classe, orgânica, voltada para a ação, aberta para o novo; uma educação para o trabalho e a cooperação; uma educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; uma educação comprometida com valores humanistas e socialistas; uma educação entendida como um processo permanente de formação [e] transformação humana (MST, 1996, p.10).

Com este projeto educacional o MST cria uma nova ideologia de ensino, que tem a intenção de agir como força contrária ao poder hegemônico (SILVA, 2015). A explicitação desta ideia pode ser encontrada nas cartilhas desenvolvidas pelo Setor de Educação do movimento onde a escola é percebida como uma instituição com finalidades políticas e ideológicas, segundo as quais, “a escola também pode ajudar no desenvolvimento social das comunidades do campo: desde que faça parte delas e desde que se articule política e pedagogicamente com outras iniciativas e outras políticas de desenvolvimento dos assentamentos, do campo como um todo” (MST, 2004, p. 19).

Dessa forma podemos perceber que para o MST a educação é concebida enquanto um projeto político que possui objetivos ideológicos específicos, não sendo jamais, o ato de educar uma atividade neutra, desprovida de intencionalidade. Nessa perspectiva as escolas do MST se propõe a elaboração e execução de um projeto político de ensino, do qual emana o objetivo de formar cidadãos com um perfil ideológico específico, portadores de uma mesma consciência de classe, e, portanto, de uma mesma identidade social. Sendo que acreditamos que este tenha também o propósito de acabar com a exclusão educacional histórica ao qual o campo brasileiro está submetido.



De acordo com o MST para a elaboração da Pedagogia do Movimento foram extraídas diversas contribuições educacionais de vários autores, dentre os quais destacam-se Makarenko, Pistrak, Paulo Freire, e os princípios gramscianos da escola unitária. Contudo mesmo diante de tamanho empenho didático, teórico e metodológico a proposta de educação do MST esbarra em muitos conflitos que dificultam a sua efetivação. Tendo em vista que estas escolas são mantidas pelo poder público estatal, as mesmas acabam sendo submetidas as imposições e regulamentações provenientes dos Estados, que limitam a atuação do movimento social. Além do fato destas apresentarem um projeto educacional que contraria aos valores socialmente aceitos e hegemonicamente dominantes, deixando clara a disputa dual entre burguesia e operariado.

3. A noção de escola unitária para o MST

Neste texto apresentamos uma síntese da noção de escola unitária adotada pelo MST na tentativa de desenvolver em suas escolas por meio da pedagogia do movimento, um novo modelo de ensino, voltado para a transformação social. Para tanto devemos compreender os sentidos e significados que possuem alguns conceitos para o MST, tais como sua interpretação de trabalho, escola e educação. Uma vez que estes divergem da compreensão realizada destes dentro da organização capitalista.

Para o MST, conforme já indicamos anteriormente, a educação possui uma finalidade deliberadamente política, uma vez que deve orientar para os princípios de formação humana, e desenvolver nos sujeitos a consciência da importância da luta de classes emergentes na sociedade capitalista. Dessa forma, a educação planejada pelo MST, é uma educação classista, originária dos princípios marxistas-leninistas, que vê a sociedade capitalista a partir da perspectiva do conflito.

De acordo com Machado (2006), o ponto de partida deste modelo de educação “se estabelece pela afirmação da necessidade de superação do paradigma educacional dual, cuja matriz fundamental se encontra na divisão social do trabalho, no fato histórico das sociedades [serem] divididas em classes sociais” (p.41). A autora ainda prossegue discutindo de modo mais abrangente sobre a dualidade social a qual estamos submetidos em todas as relações sociais, segundo a qual:

Trata-se da divisão que atinge de forma fundamental o mundo do conhecimento, da cultura e da educação – entre aqueles que concebem e os que executam; entre os que dirigem e aqueles que são dirigidos; entre governantes e governados; entre aqueles que tem o controle da produção e aqueles que são controlados; enfim, aqueles que tem a propriedade dos meios de produção e aqueles que não tem outra propriedade a não ser a de sua força de trabalho, colocada à disposição para a venda aos proprietários dos meios de produção como única alternativa a sua sobrevivência física. (MACHADO, p.41)



Estando isso posto na sociedade capitalista, tal dualidade fundamenta a existência de duas classes sociais distintas, o proletariado e a burguesia. Nesse sentido, a educação também acaba por adquirir contornos dualísticos sendo projetada de modo fragmentário e visando a atender aos indivíduos em conformidade a sua classe social. Esta dicotomia dentro da escola projeta uma educação pensada para os ricos - sendo esta intelectualizada e uma educação para os pobres - voltada para a formação da mão-de-obra operária. Assim percebemos que a mesma observação realizada por Gramsci (1982), de que a educação era instrumentalmente separada entre uma com intenção de formação cultural e científica e, outra, de formação técnica instrumental mantém-se atual e vigente, sendo adotada pelo MST.

De acordo com Gramsci (1982) a elaboração de camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num campo democrático, e sim, tem em vista processos históricos tradicionais concretos em que:

Formaram-se camadas que, tradicionalmente, "produzem" intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território "econômico" e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Para Gramsci a crise gerada na separação da escola, pode ser resolvida seguindo-se racionalmente a criação:

De uma escola única, de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Partindo dessa concepção de sociedade e educação dual, o MST, por meio de seu setor de educação, orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas em suas instituições, que visem superar esta dicotomia social, acabando com esta separação dual, por meio da promoção de uma educação que se propõe unitária e integradora, assim como o projeto de educação pensado por Gramsci. Para Machado (2006, p.42), faz se necessário articular os saberes científicos, tecnológicos e sócio-históricos; a ciência, a cultura e o trabalho; o pensar e fazer; refletir e agir, ou seja, a unificação dos saberes, que permitem que de fato a educação seja democratizada.

A escola unitária pensada pelo MST é uma escola que pensa a formação dos sujeitos de um modo integral. Que não realiza nenhum tipo de fragmentação entre aqueles que devem pensar, planejar – e os sujeitos que devem executar o trabalho formulado por alguém. Uma escola assim é uma escola que tendo em vista um projeto de construção de uma sociedade que rompa com o modelo dualístico, rompa também



com as práticas de exclusão e reprodução da desigualdade social típica das sociedades capitalistas.

Dentro desta perspectiva embora a educação não seja vista como somente de responsabilidade da escola, mas sim, como resultante das inúmeras experiências desenvolvidas diariamente entre os indivíduos nas relações sociais, a escola se configura como um espaço no qual, o conhecimento historicamente construído deva ser sistematizado e repassado. Cabendo a esta escola, que se compreende unitária, compreender e considerar as distintas experiências que também formam os sujeitos em seus distintos aspectos, culturais, sociais, econômicos etc.

Nesse sentido a cultura e as relações de produção, dentre as quais destaca-se o trabalho constituem-se também como momentos de aprendizagem, e, portanto, devem estar associados, visando a formação de um sujeito pleno. No que se refere ao projeto de educação unitária, é importante destacar que sua intencionalidade não se limita apenas ao plano teórico, embora este seja de suma importância. De acordo com Lucélia Machado (2006) o propósito da educação unitária, é também constituir-se do ponto de vista da construção política. Para a autora:

Isto exige discutir a questão do trabalho como princípio educativo, porque esse elemento do unitário tem como pressuposto fundamental a construção de um referencial que reflita as necessidades do mundo do trabalho, da cultura do trabalho, do saber que vem do trabalho, do conhecimento que se constrói a partir do trabalho, das necessidades dos trabalhadores. Isso passa por uma questão fundamental: resgatar os educandos como sujeitos históricos, como aqueles que constroem cultura, conhecimento, saberes, tecnologia (MACHADO, 2006, p.42).

Podemos perceber que o conceito de trabalho descrito nas formulações teóricas dos autores que compõe o núcleo educacional do MST, assume um caráter eminentemente marxista. O trabalho segundo estas problematizações, longe de ser compreendido como uma atividade maçante na qual os sujeitos são obrigados a venda de sua força com o único sentido de sobrevivência, é visto aqui, como a expressão da capacidade do homem de transformação da natureza e de si próprio, em uma relação de desenvolvimento mútuo. Ou seja, o trabalho é o exercício de apropriação do homem dos conhecimentos históricos da natureza e da cultura humana, sendo que este os permite tornarem-se humanos nesse processo de apropriação e dominação de conhecimentos e habilidades.

Sendo assim, segundo a proposta de educação do MST, a educação é resultado de um amplo processo de relações sociais estabelecidas, o que faz com que os distintos sujeitos sejam influenciados pela realidade contextual na qual estão imersos. Como tentativa de intervir nos processos educacionais mais difíceis, a educação escolar deve se propor a um modelo unitário, que não fragmente, não separe os sujeitos, mas sim, que os respeite e os represente. Não dissociando os conhecimentos intelectuais das habilidades produtivas mecânicas, considerando o trabalho e a cultura como elementos importantes de aprendizagem, e que, portanto, devem ser significativos para cada sujeito.



Contudo, nos propomos à seguinte indagação: seria este ensino unitário possível de ser desenvolvido em uma sociedade capitalista, altamente excludente, e que prioriza a divisão da sociedade em duas classes sociais distintas – burguesia e proletariado? A aplicação e efetivação da escola unitária conforme planejada por Gramsci, e adaptada ao modelo de pedagogia adotado pelo MST, são possíveis na sociedade de organização capitalista?

Tendo em vista o pensamento construído pelos autores defensores das teorias crítico-reprodutivistas de educação, dentre os quais destacamos Althusser, Bordieu e Passeron (SAVIANI, 1994), a escola inserida na estrutura capitalista reproduz as características desse sistema. Sendo que para estes, a educação não é um campo neutro e desprovido de intencionalidade, o que a torna reprodutora dos interesses das classes dominantes. Segundo esta concepção a sociedade é compreendida como um espaço historicamente determinado e condicionado pelas relações sociais e econômicas de produção, o que a faz interferir no funcionamento de suas instituições, e determinar de que forma estas devem se organizar.

O que nos induz a pensar que uma escola construída com um projeto humanístico distinto dificilmente conseguiria efetivar o desenvolvimento de suas concepções, tendo em vista o fato de estar inserida em uma sociedade capitalista que constantemente nega e contradiz a viabilização de seus projetos.

No entanto, apoiamos e acreditamos que os esforços dirigidos na construção deste projeto de reformulação educacional, que a princípio tem sido direcionado para as escolas de assentamentos e acampamentos não deve ser interrompido, e sim intensificado. Pois é somente através da lenta e gradual inserção de questionamentos e teorias, que o ensino e a cultura da exclusão podem ser modificados.

4. O Colégio Iraci Salete e sua proposta diferenciada de ensino – os limites da implantação da escola unitária

Para a construção deste texto foram utilizados dados obtidos na pesquisa de mestrado em Ciências Sociais⁴ realizada por mim no ano de 2015, intitulada “*A construção de novas subjetividades pelo MST a partir do ensino escolar em assentamentos de reforma agrária: a experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak*”. Texto no qual busquei problematizar a efetivação das propostas de ensino que compõe a Pedagogia do Movimento na referida instituição, verificando como

⁴ A metodologia empregada para realização da pesquisa de mestrado consistiu na realização de entrevistas com alunos, professores, membros da direção e da equipe pedagógica. As entrevistas eram gravadas, e tanto na dissertação quanto neste texto utilizamos citações diretas das falas dos entrevistados, que foram todas transcritas integralmente. Optou-se por não identificar os nomes dos entrevistados, visto que alunos e professores, pediram para não divulgar suas identidades. Indicamos apenas na descrição das falas se eram alunos, ou profissionais da escola, e se eram do sexo feminino ou masculino. Também foi aplicado aos alunos um questionário contendo uma série de perguntas objetivas e descritivas, que durante a escrita da dissertação foram analisadas, e organizadas estabelecendo critérios e modelos de pensamento onde as respostas semelhantes eram agrupadas.



ocorre, e sob quais bases se dão a construção de novas subjetividades nos jovens que frequentam colégios que adotam os princípios do MST, como princípios ideológicos de ensino.

O Colégio Iraci Salete situa-se no assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguazu – PR. E é considerado escola base do MST, em decorrência de ter sido fundado por meio da luta dos trabalhadores sem-terra ainda no processo de assentamento nas terras ocupadas, desenvolvendo os princípios filosóficos e pedagógicos do MST. E pelo fato de ser o responsável legal pela documentação das escolas itinerantes, ou seja, aquelas situadas nos acampamentos de reforma agrária, e que acompanham o processo de movimentação do acampamento.

Outro fator que destaca e viabiliza o Colégio Iraci, é a sua trajetória de luta em busca da implantação de um modelo de ensino que de fato atenda a população assentada contemplando suas especificidades históricas e sociais. Além de estar localizado em um assentamento que resultou de uma das maiores ocupações da América Latina na década de 90.

São numerosas as pesquisas referentes à organização pedagógica adotada nesta instituição. Sendo a maior parte destas, resultado de estudos feitos por pesquisadores na área da educação. O que faz com que o colégio Iraci seja nacionalmente conhecido como referência de pesquisa e de inovação em metodologia de ensino.

No entanto, os dados coletados no desenvolvimento da pesquisa de campo revelam as dificuldades que a instituição enfrenta na elaboração e execução de sua proposta de ensino. Que resultam principalmente do fato desta estar inserida em uma sociedade capitalista, que inviabiliza a plena efetivação de suas propostas. Além de que, o colégio é uma instituição estadual, o que significa que sua manutenção é toda proporcionada pelo Estado, que age atendendo as demandas que lhe são de objetivo próprio.

As entrevistas realizadas na instituição com alunos, professores e a equipe pedagógica, revelam a existência de formas distintas de interpretação realizada por cada um desses agentes a respeito do sentido que a educação possui. O que faz com que ocorram divergências dentro do espaço escolar. Divergências estas que implicam em algumas críticas a metodologia adotada por parte de alunos e professores. Sendo que as entrevistas realizadas demonstram que alguns alunos estão insatisfeitos com o colégio, pois esperavam que este valorizasse mais a ciência, o conhecimento científico do que a formação humanística.

Abaixo reproduzimos alguns trechos da fala de uma aluna do 3º ano do ensino médio que apresenta esta perspectiva:

A escola é diferente, mas podia melhorar. Os professores são meio desleixados. É falado demais do MST e daí o conhecimento científico fica meio de lado sabe. É importante falar do MST por que foi uma luta e querendo ou



não, só tem aqui por causa dele, mas podia diminuir, por que é falado muito (informação verbal)⁵

O projeto de educação do MST é importante, mas também não muito. Não deve ser levado muito em conta (informação verbal)⁶

O depoimento da aluna permite que observemos que há um conflito ideológico entre as práticas promovidas pelo MST, e o desejo dos alunos diante da educação que querem receber pela escola. Este conflito representa ainda a interferência que o colégio sofre do sistema externo no qual esta inserido, ou seja, do próprio capitalismo. De modo que podemos perceber que toda a tentativa da instituição em investir em um modelo progressista de educação sofre, à medida que a sociedade para a qual os alunos estão sendo formados não é a mesma que a idealizada pelo movimento. Os próprios alunos compreendem este processo, e por conta deste, alguns se sentem prejudicados, pois sabem que os conhecimentos cobrados externamente a área de abrangência da escola são outros.

Isto se configura como um paradoxo dentro da instituição. Pois a mesma prioriza o desenvolvimento de princípios cooperativistas de produção, de formação humana, e da ideologia socialista, e, no entanto, os alunos necessitam, e muitas vezes desejam as habilidades típicas do capitalismo para que possam ser inseridos e estejam aptos para sobreviverem neste sistema de organização social.

Vejamos o depoimento abaixo de outra aluna também estudante do 3º ano do ensino médio:

Através do MST foi criado o colégio. Mas tipo aqui no colégio eles falam muito do MST, [...]. Eles só falam do MST, e tipo, eu na faculdade, eles não vão quere saber do MST. Eu tenho certeza que lá no Enem eles não vão pedi pra fazer uma redação sobre o MST. Eu não quero sabe do MST, eu quero saber o que eu vou usar lá, lá na faculdade (informação verbal)⁷

Antes eu não tinha, eu não me importava tanto. Ai quando eu comecei a estudar, tipo eles fazem com que a gente crie tipo uma certa raiva. Tipo não é raiva, mas faz com que a gente enjoje, por que é MST, MST, sempre em tudo. Num texto, num diálogo, é MST, MST. Eles fazem com que a gente chegue até não gosta, chegue enjoá. (informação verbal)⁸

5 Entrevista concedida por ALUNA, A. [Entrevista 1] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

6 Entrevista concedida por ALUNA, B. [Entrevista 2] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

7 Entrevista concedida por ALUNA, B. [Entrevista 2] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

8 Entrevista concedida por ALUNA, B. [Entrevista 2] [set. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.



O depoimento acima nos permite verificar que o sentido de educação conforme projetado pelo MST, não é incorporado pela aluna. A escola deliberadamente se propõe a um modelo de formação que esta preocupada com os aspectos sociais, e humanos da cultura. Enquanto que a aluna, preocupa-se com a sua inserção no mundo acadêmico, que exige o domínio de outros aspectos culturais. É o que podemos conferir no depoimento do diretor da escola. Segundo o qual:

A escola pode reproduzir alguns fundamentos do sistema capitalista como a exclusão, a culpabilização, e a própria alienação. E como esses sujeitos Sem Terra foram excluídos do sistema capitalista nós não queremos uma escola nesta ótica. Uma escola pensada para o mercado de trabalho, uma escola para o capital, uma escola empresarial. Nós não queremos uma escola para reprovar, para excluir as pessoas, para classificar. Nós queremos uma escola para a formação humana, para a formação de lutadores e construtores, para a formação do ser humano (informação verbal)⁹

Por meio da comparação entre os relatos das alunas e do relato do diretor da instituição, verificamos uma grande divergência entre os ideários de formação da escola, e o desejo dos próprios alunos.

Abaixo transcrevemos os depoimentos de alunos que foram indagados sobre a prospecção que cada um fazia sobre o seu futuro, (próximos 5 anos) apresentando quais seriam seus desejos:

- *“Estar começando uma faculdade” (informação obtida através de questionário)¹⁰;*
- *“Estar formada e atuando no mercado de trabalho na área de formação” (informação obtida através de questionário)¹¹;*
- *“Ter uma profissão estar talvez realizada podendo ajudar minha família” (informação obtida através de questionário)¹²;*
- *“Estar formada, estar trabalhando, ter meu próprio carro e casa. Ser bem independente” (informação obtida através de questionário)¹³;*

9 Entrevista concedida pelo Diretor da Instituição. [Entrevista 3] [jul. 2015]. Entrevistador: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

10 Questionário respondido pelo ALUNO, C. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

11 Questionário respondido pela ALUNA, D. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

12 Questionário respondido pelo ALUNO, E. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

13 Questionário respondido pela ALUNA, F. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.



- *“Fazer faculdade, trabalhar, ter casa e carro”*(informação obtida através de questionário) ¹⁴;
- *“Estar morando no meu lote e trabalhando numa escola como professora”*(informação obtida através de questionário) ¹⁵;
- *“Ter um pedaço de terra, ou uma fazenda e constituir uma família”* (informação obtida através de questionário) ¹⁶.

As transcrições das entrevistas realizadas apontam para a não materialização dos princípios educativos gramscianos de escola unitária nesta instituição de ensino. O que nos coloca a necessidade de salientar que diante do quadro apresentado reformulações na conjuntura desta proposta são necessárias, pois a mesma, não tem atendido a demanda da população a qual se destina. Em uma tentativa de tornar o ensino o mais próximo possível da realidade dos alunos, a pedagogia do movimento acabou por apropriar-se de ideias e princípios socialistas, que muitas vezes não se materializam no bojo da estrutura da sociedade de classes capitalista.

De acordo com Cericato (2008)

Ao descrevermos o histórico da Escola Iraci Salete Strozak, percebemos que, quando se encontrava no acampamento, os princípios organizacionais e pedagógicos do MST eram efetivados, mas, devido as necessidades de infraestrutura e profissionais que atendessem os educandos no ensino médio, ela se tornou estadual, e, a partir desse vínculo, a estrutura organizacional e, muito da proposta pedagógica baseada na concepção educacional do MST, vão sendo minimizados (CERICATO, 2008, p. 204).

Na análise realizada pela autora verificou-se que os princípios educacionais conforme pensados pelo MST, somente vigoraram no colégio no período de acampamento. Quando o MST tinha a autonomia para a formação dos seus quadros de professores e demais agentes na instituição, e quando entre os próprios acampados, preponderava o espírito de cooperação e de ajuda mútua. Ou seja, quando havia um objetivo em comum pelo qual lutavam.

Uma vez que as pessoas anteriormente unidas pelo projeto em comum de conseguir a terra, saem da condição de sem-terra e passam a condição de assentados, o que começa a preponderar entre estes são os projetos de produção individualizados. A própria adesão aos princípios educativos do movimento acaba por ser minimizada, à

14 Questionário respondido pela ALUNA, G. [Questionário1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

15 Questionário respondido pela ALUNA, H. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por: Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.

16 Questionário respondido pelo ALUNO, F. [Questionário 1] [set. 2015]. Aplicado por Silvana Aparecida da Silva. Rio Bonito do Iguaçu, 2015.



medida que cada um passa a buscar para si aquilo que pode ser mais benéfico para sua família e sua propriedade, e não para os valores coletivos.

Dessa forma acreditamos que o grande desafio do MST seja o de manter unidas as pessoas que compõe ou já compuseram o movimento, de modo que os valores coletivistas sejam mantidos mesmo após a conquista dos lotes de terra. Nossa conclusão está longe de ser algo inédito e inovador. Contudo ousamos em insistir nela, pois temos visto que apesar dos esforços desenvolvidos substancialmente via processo de educação que de fato poderia ser de grande abrangência, tem demonstrado efeitos pouco potenciais. Onde estaria a principal causa disso? Estaria o movimento sendo pouco atrativo com relação aos encantos ofertados pelo capitalismo? Estariam estes jovens apenas buscando sobreviver como conseguem, operando dentro da lógica capitalista? Ou estaria o movimento sendo pouco democrático, não dando voz e espaço para as críticas vindas de suas bases, o que as estaria afastando do MST e de seus princípios?

Considerações finais

O projeto de educação desenvolvido pelo MST para as escolas de assentamentos e acampamentos de reforma agrária, se propõe a adoção de medidas educativas inclusivas, que visam incutir nos estudantes novos sentidos de compreensão sobre a sociedade de classe e sobre o papel educativo. A educação escolar a ser desenvolvida nestes espaços, que são por excelência territórios de conflito, com a interferência do movimento, visa construir nos jovens filhos de assentados um espírito político de adesão aos princípios do MST, e de valorização do movimento. Para tanto, a escola se constitui como um espaço de propagação da história, e de ensinamento das práticas educativas do MST, através da discursividade militante e da realização de místicas que dão significado ao movimento. O objetivo é incutir sentidos nestes jovens e criar com eles uma relação de compromisso de disseminação de ideias e práticas, além de uma identidade coletiva, a de **ser Sem Terra**.

No entanto nossos resultados empíricos obtidos através de pesquisa de campo em uma instituição de ensino alojada em um assentamento de reforma agrária e vinculada a várias práticas educativas associadas ao MST, indicou que os valores do MST incorporados a este projeto de educação, nesta instituição não se efetivam, dadas as condições materiais nas quais ele é aplicado. Ou seja, os valores coletivos e cooperativos propostos, conflitam-se aos valores e ao modelo de educação proposto pelo estado, e incorporado por grande parte dos próprios filhos dos assentados.

Diante da construção deste paradoxo observa-se que os sujeitos envolvidos dentro deste processo educativo, são afetados em sua formação educacional e subjetiva tanto pelas práticas desenvolvidas pelo MST através dos seus militantes inseridos na escola, quanto por aquelas realizadas pelo estado, através dos seus



representantes que são forçados a aderir a sua burocracia, e ao seu modelo de ensino. Sendo assim, verificou-se a dificuldade em implantar uma lógica de ensino e de educação alternativa dentro de uma estrutura já construída, com valores sociais, culturais e econômicos forjados e estabelecidos. Ou seja, dentro de uma instituição com uma organização política tão coercitiva como é a escola.

A partir dos conceitos trabalhados em Giddens e utilizados por nós nesta pesquisa, (identidade social e auto identidade) observou-se que no que concerne a apropriação do termo identidade social, aqueles indivíduos que de fato se apropriam dos elementos discursivos e simbólicos produzidos pelo MST, se (re)significam e (re)significam suas práticas, de tal modo que constroem através do movimento e pelo movimento um novo estilo de vida. Reconhecendo-se e sendo reconhecidos como **Sem Terra**.

No entanto, nos casos tomados como exemplos nessa pesquisa, observamos que muitos desses indivíduos, adolescentes em período escolar, não fazem uso de tais práticas, e nem se deixam influenciar em tais ensinamentos. O que implica em uma negação desta identidade de Sem Terra, embora estes, tenham sido beneficiados por uma política do movimento que os tornou filhos de assentados e até o momento, moradores também de um assentamento.

Dessa forma, estes indicativos nos mostram que aquilo que o MST diz a estes jovens que eles são – Sem Terra, não está em conexão com aquilo que os jovens que participaram desta pesquisa dizem que eles são. Suas falas e expressões não indicam estar conectadas a esta identidade, não pressupõe os valores necessários a incorporação do sentido do ser Sem Terra. Os jovens citados indicam que não pretendem dar seguimento ao modelo de educação proposto pelo MST, e preferem um sistema de ensino regular em contra partida ao modelo alternativo proposto.

Sendo assim, a auto identidade destes jovens se destaca em relação ao conceito de identidade social. Uma vez que aquela, representa a noção intrínseca que cada indivíduo realiza sobre si, e sobre a interpretação que faz a partir dos relacionamentos que estabelece com aqueles que estão ao seu redor.

Assim a teoria de Giddens sobre a auto identidade, coloca em suspense o projeto de educação proposto pelo movimento. Uma vez que o projeto de construção de identidade coletiva pelo MST, nestas circunstâncias não se efetiva. Ele somente ocorre quando o sujeito por si só, tendo como referência suas experiências com o movimento e com outras instituições e espaços de socialização, acredita e deseja se envolver “identitariamente” com o movimento social.

Ou seja, a estratégia desenvolvida pelo MST, para aliar a educação a reprodução de novos ensinamentos e a memorização de sua história, somente tem êxito, com aqueles jovens e sujeitos que de alguma outra forma já escolheram participar e aderir aos princípios educativos do MST. Aqueles que apresentam resistência a estas práticas, mantêm-se resistentes, e muitos acabam ficando ainda mais arredios com relação ao tipo de debate político promovido pelo movimento.



Referências

CALDART, Roseli. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CERICATO, K.átia. A. S. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST**: contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina. 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MACHADO, Lucilia. Concepção de escola, de escola unitária e de politecnicia. In: MST – Boletim da Educação - **Educação Básica de nível médio nas áreas de reforma agrária**. Iterra, 2006. Cap. 1, p.41-51.

MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de formação nº 8, Porto Alegre: julho de 1996.

MST. **Educação no MST**: balanço 20 anos. Caderno de formação nº 9, São Paulo: dezembro de 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

SILVA, Pedro. C. D. Educação e hegemonia camponesa: MST e educação do campo no estado do Ceará. **Filosofia e educação**. V. 2, nº 1, p. 224-236. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/rfe/article/view/975/902>>. Acesso em 29 de março de 2016.

SILVA, Silvana. A. **A construção de novas subjetividades pelo MST a partir do ensino escolar em assentamentos de reforma agrária**: a experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2015.

*Recebido em 20/03/2017
Aprovado em 28/06/2017*